

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

ALTERA O INCISO V, DO ART. 185,  
DO REGIMENTO INTERNO DA  
CÂMARA MUNICIPAL

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

A P R O V A:

**Art. 1º** - O inciso V, do art. 185, da Resolução nº 113, de 17 de junho de 1991 – Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 185 - A Presidência deixará de receber qualquer proposição:*

*.....*

*.....*

*V - Que tenha necessidade de deliberação pelo Plenário, apresentada por Vereador ausente à Sessão que não esteja licenciado ou impedido do exercício da vereança, salvo requerimento de licença por moléstia devidamente comprovada ou requerimento de justificativa de falta em Sessão Ordinária anterior;”*

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 15 de junho de 2007.

Mesa Diretora da Câmara

**MÁRCIA REGINA ALE DEPERON**

Presidente

**RAFAEL GUSTAVO CARDOSO FERREIRA**

Vice-Presidente

**CAROLINA CUSTÓDIO PEREIRA DOS SANTOS**

1ª Secretária

**MÁRCIO ANHESIM**

2º Secretário

## **JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores,

Apresentamos para apreciação dos nobres pares, Projeto de Resolução que propõe alteração no inciso V do art. 185 do Regimento Interno desta Casa.

Atualmente, o referido artigo dispõe sobre o não recebimento pela Presidência, de qualquer tipo de proposição apresentada por Vereador ausente à Sessão Ordinária a que foi destinada.

Recentemente, houve duas situações de emergência que impossibilitaram Vereador de comparecer na 46ª e 47ª Sessão Ordinária. Para que as proposições por ele apresentadas não fossem prejudicadas, o Plenário foi consultado sobre o recebimento dessas proposições, deliberando favoravelmente sobre o assunto, configurando-se um precedente regimental.

Assim, através deste Projeto, estamos sugerindo uma modificação no Regimento Interno para que não haja cerceamento dos direitos dos Vereadores, visto que todos estamos sujeitos a situações emergenciais e imprevistos que poderão atrapalhar o trabalho legislativo de cada um.

Vale lembrar que a mudança sugerida valerá para o recebimento de proposições que não tenham a necessidade de deliberação em Plenário, como as Indicações e os Projetos apresentados para início de tramitação. Os demais, salvo requerimento de licença por moléstia devidamente comprovada ou requerimento de justificativa de falta em Sessão Ordinária anterior, ainda continuarão aguardando a presença do Vereador autor em Sessão, para tenha oportunidade de discuti-lo junto aos demais colegas.

Dessa forma, solicitamos a todos os Vereadores desta Casa, apoio a este Projeto de Resolução.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 15 de junho de 2007.

Mesa Diretora da Câmara

**MÁRCIA REGINA ALE DEPERON**  
Presidente

**RAFAEL GUSTAVO CARDOSO FERREIRA**  
Vice-Presidente

**CAROLINA CUSTÓDIO PEREIRA DOS SANTOS**  
1ª Secretária

**MÁRCIO ANHESIM**  
2º Secretário

## REGIMENTO INTERNO

....  
....  
....

**Art. 185** -A Presidência deixará de receber qualquer proposição:

I - Que aludindo a Lei, Decreto ou Regulamento ou qualquer outra norma legal, não venha acompanhada de seu texto;

II - Que fazendo menção à cláusula de contratos ou de convênios, não transcreva por extenso;

III - Que seja anti-regimental;

IV - Que, sendo de iniciativa popular, não atenda aos requisitos do art. 278 deste Regimento;

**V - Que seja apresentada por Vereador ausente à Sessão, salvo requerimento de licença por moléstia devidamente comprovada;**

VI - Que tenha sido rejeitada ou vetada na mesma sessão legislativa e não seja subscrita pela maioria absoluta da Câmara;

VII - Que configure emenda, subemenda, ou substituição não pertinente à matéria contida no Projeto;

VIII - Que, constando como mensagem aditiva do Chefe do Executivo, em lugar de adicionar algo ao projeto original, modifique a sua redação, suprima ou substitua, em parte ou no todo, algum artigo, parágrafo ou inciso;

IX - Que, contendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de Requerimento.

**Parágrafo único** - Da decisão do Presidente caberá recurso, que deverá ser apresentado pelo autor dentro de 10 (dez) dias e encaminhado pelo Presidente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, cujo parecer em forma de projeto de Resolução, será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário.